

**Ministério da Educação**



**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**  
**Diretoria de Estatísticas Educacionais**



**Um Olhar sobre a Educação Indígena**  
**Com Base no Censo Escolar de 2008**

Estudo realizado a partir dos resultados do Censo Escolar da Educação Básica

Equipe de Pesquisa

Alex R. M. da Silveira

Christyne Carvalho da Silva

Joelson Severo dos Santos

Maria Inês Pestana

*(Inep/Deed - Diretora)*

Mariana Ferreira Peixoto dos Santos

*(Inep/Deed/CQTI - Coordenadora)*

Maruska Pereira de Almeida

Brasília  
Agosto de 2009

## Sumário

Introdução	3
1. Caracterização das Escolas Indígenas	4
2. Alunos da Educação Indígena	9
3. Docentes na Educação Indígena	13

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Número de Estabelecimentos e de Matrículas de Educação Indígena, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2003 a 2008	6
Tabela 2 – Línguas Indígenas mais Faladas por Número de Matrículas e de Estabelecimentos – Brasil – 2008	7
Tabela 3 – Número de Estabelecimentos de Educação Indígena, por Recursos de Infra-Estrutura, segundo a Região Geográfica - Brasil - 2008	8
Tabela 4 – Número de Matrículas na Educação Indígena, por Etapas ou Modalidades de Ensino, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2008	12
Tabela 5 – Número de Professores na Educação Indígena por Escolaridade, segundo as Etapas de Ensino – Brasil – 2008	15

## Lista de Mapas

Mapa 1 – Número de Estabelecimentos de Educação Indígena, segundo a Unidade da Federação – Brasil – 2008	4
--	---

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Número de Estabelecimentos e de Matrículas de Educação Indígena, segundo Localização Diferenciada – Brasil – 2008	5
Gráfico 2 – Estabelecimentos de Educação Indígena, por Língua em que o Ensino é Ministrado, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2008	6
Gráfico 3 – Estabelecimentos e Alunos da Educação Indígena, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2008	9
Gráfico 4 – Número de Alunos da Educação Indígena, segundo Raça/Cor – Brasil – 2008	10
Gráfico 5 – Alunos da Educação Indígena, segundo Faixa Etária – Brasil – 2008	11

## UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA ATRAVÉS DO CENSO ESCOLAR DE 2008

Alex Medeiros da Silveira  
Joelson Severo dos Santos

**RESUMO:** O Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, é uma fonte generosa de informações sobre a conjuntura e a trajetória da educação indígena no Brasil. O Censo coleta dados específicos sobre escolas, turmas, alunos e professores, inclusive acerca de estabelecimentos de atendimento exclusivo a alunos indígenas. Assim, os dados coletados também permitem compor o universo censitário da educação indígena brasileira. A disseminação dessas informações é imprescindível para uma avaliação adequada das práticas e das políticas educativas que envolvem as sociedades indígenas. Com esse objetivo o Inep, por meio de sua Diretoria de Estatísticas Educacionais, vem apresentar um panorama da educação básica nas escolas indígenas, com base no Censo de 2008. São abordados aspectos relativos aos estabelecimentos de ensino, seus alunos e professores. Por meio de gráficos, tabelas e textos é possível apresentar a localização das escolas por estados da federação, a presença das línguas maternas, as características das turmas e do material didático, bem como traçar um perfil de professores e alunos, com informações sobre a escolaridade e a formação continuada dos docentes.

**Palavras-chave:** educação indígena, Censo Escolar (2008), educação básica, escolas indígenas.

### **Grupo Temático:**

2. Saberes Locais e Educação Escolar Indígena

## **Introdução**

O Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, é uma fonte generosa de informações sobre a conjuntura e a trajetória das escolas indígenas no Brasil. O Censo coleta dados específicos sobre escolas, turmas, alunos e professores, identificando, inclusive, os estabelecimentos que oferecem Educação Indígena. Dessa forma, podemos dizer que o Censo Escolar engloba, anualmente, o recenseamento da Educação Indígena brasileira.

Em 1999, em uma iniciativa então inédita, teve início a realização de um censo voltado para a Educação Indígena.<sup>1</sup> Naquele momento, com a resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação, surgia também o conceito de escola indígena, fortalecendo o direito ao ensino bilíngüe e à organização em moldes definidos pelas comunidades. As secretarias estaduais de educação foram responsáveis pela aplicação dos questionários do Censo de 1999. Já o primeiro estudo baseado exclusivamente no Censo Escolar, com dados de 2005, foi o chamado “Estatísticas sobre Educação Escolar Indígena no Brasil”.<sup>2</sup> Esses documentos, pela sua qualidade e pioneirismo, são tomados aqui como referência. Além deles, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, por intermédio de sua Coordenação de Educação Indígena, vem produzindo informações, inclusive relativas ao ano de 2007, quando surgiram, no Censo Escolar, os cadastros individualizados sobre alunos, docentes e turmas.

Este estudo vem acrescentar um novo olhar, aproximando-se ainda mais do tempo presente, na medida em que analisa dados de 2008. A disseminação deste panorama da Educação Básica nas escolas indígenas oferece aos principais atores do processo educacional outra oportunidade de conhecimento de sua realidade, como também constitui uma base de informações para a avaliação das políticas educativas que envolvem as sociedades indígenas. O Inep, por meio de sua Diretoria de Estatísticas Educacionais, espera, assim, dar sua contribuição, especialmente no ano em que se realiza a 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.

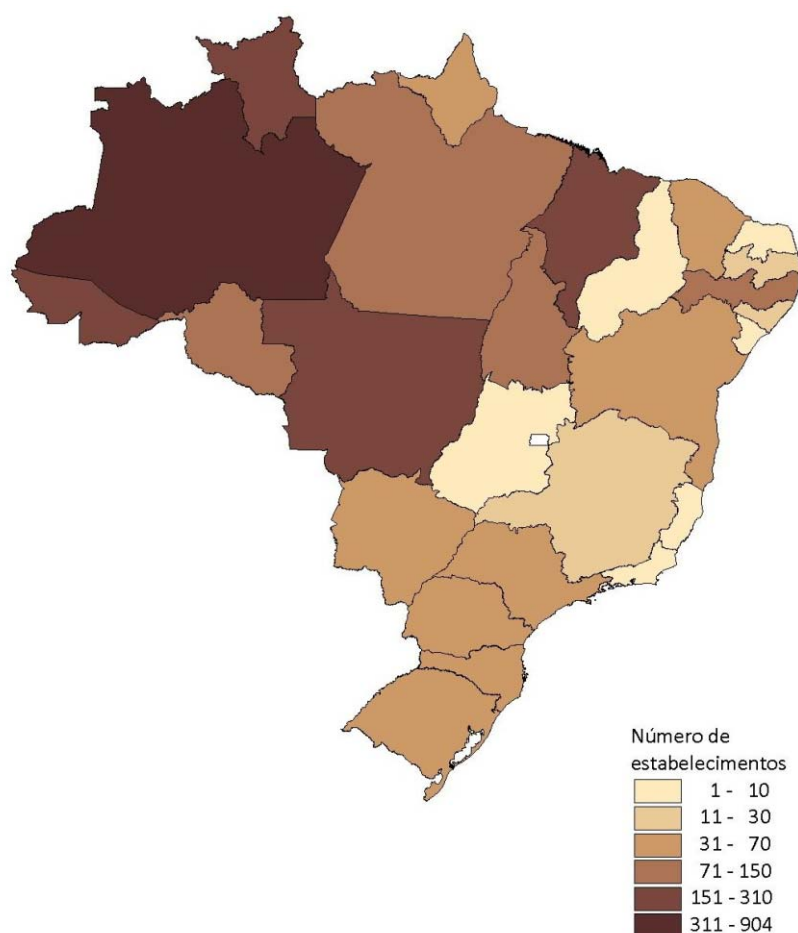
### **1. Caracterização das Escolas Indígenas**

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar Indígena: 1999**. Brasília: Secretaria de Ensino Fundamental/MEC, 2001.

<sup>2</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Estatísticas sobre Educação Escolar Indígena no Brasil**. Brasília: Inep, 2007.

A localização das 2.698 escolas indígenas, recenseadas em 2008, é um aspecto de grande relevância para a caracterização da Educação Indígena no Brasil. Os estabelecimentos espalham-se pelos vinte e seis estados, com maior concentração na Região Norte, onde estão 1.677 escolas ou 62% do total. Essa distribuição das escolas ilustra a interiorização das etnias indígenas no território, após cinco séculos de conflitos presentes na formação da sociedade nacional.

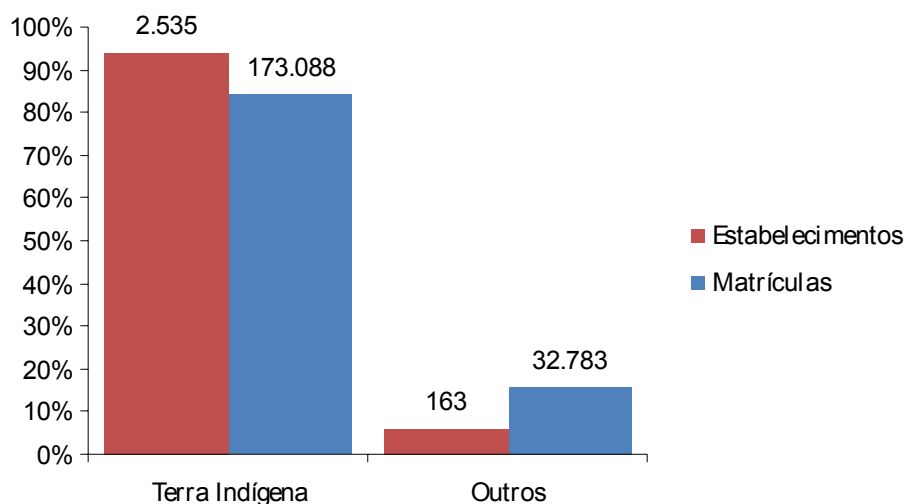


**Mapa 1 – Número de Estabelecimentos e de Matrículas de Educação Indígena, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2008**

Fonte: MEC/Inep/Deed

O Estado do Amazonas destaca-se com 904 estabelecimentos, seguido pelo Maranhão (302), Roraima (245) e Mato Grosso (200). Os Estados do Piauí (6) e do Rio Grande do Norte (2) – onde até 2007 e 2006, respectivamente, não havia declaração de escolas indígenas – ao lado de Goiás (2) e Sergipe (1) são as unidades da federação com menor número de escolas. O Distrito Federal não apresentou nenhum estabelecimento dessa natureza.

Em relação à diferenciação da localização desses estabelecimentos, 94% deles estão situados em Terras Indígenas, que, segundo as instruções do Censo Escolar 2008, define-se como “área demarcada pela União como indígena”. Os estabelecimentos indígenas em outras localizações, embora em pequeno número (6%), respondem por 32.783 matrículas de Educação Indígena, ou seja, 16% do total. A Gráfico 1 apresenta essa distribuição:



**Gráfico 1 – Número de Estabelecimentos e de Matrículas de Educação Indígena, segundo Localização Diferenciada – Brasil – 2008**

Fonte: MEC/Inep/Deed

De modo geral, o crescimento da Educação Indígena, ao longo dos últimos dez anos, é muito expressivo. Nesse período, com base nos dados do Censo Escolar Indígena de 1999, podemos afirmar que o número de escolas quase duplicou, passando de 1.392 para 2.698 (em 2008), um acréscimo de 93,8%. O número de matrículas, a partir de 2004, acompanha o crescimento paulatino dos estabelecimentos e, após a implantação do Educacenso (2007), estabiliza-se acima de 200.000. Registra-se um aumento de 24% em cinco anos (2003-2008), período em que o total de matrículas da Educação Básica sofreu redução. As variações no número de estabelecimentos e matrículas podem ser acompanhadas abaixo:

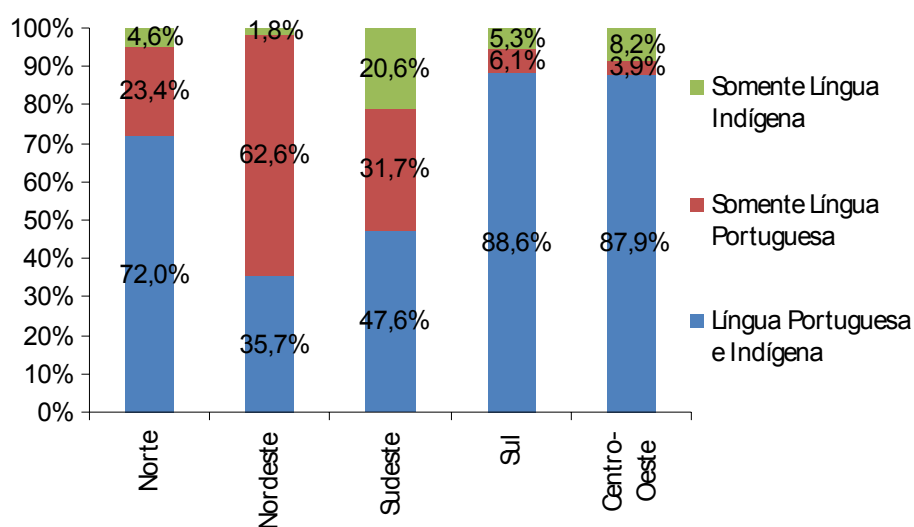
**Tabela 1 – Número de Estabelecimentos e de Matrículas de Educação Indígena, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2003 a 2008**

Anos	Brasil		Regiões Geográficas									
			Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Est	Mat	Est	Mat	Est	Mat	Est	Mat	Est	Mat	Est	Mat
2003	2.079	165.021	1.287	72.489	438	31.656	31	3.968	114	24.365	209	32.543
2004	2.233	149.170	1.398	75.717	476	37.056	42	3.983	109	9.635	208	22.779
2005	2.327	164.900	1.472	86.677	473	37.907	49	4.773	108	9.748	225	25.795
2006	2.423	173.341	1.529	92.141	501	38.305	50	4.968	110	10.473	233	27.454
2007	2.550	208.205	1.615	103.529	516	48.259	49	5.065	120	17.537	250	33.815
2008	2.698	205.871	1.677	107.554	569	43.992	63	5.606	132	18.136	257	30.583

Fonte: MEC/Inep/Deed

A expansão da cobertura vem acompanhada da significativa presença das línguas indígenas no processo educativo. A partir de 2007, contamos com a identificação de cada uma das línguas em que o ensino é ministrado.

Em 2008, 787 escolas declararam o ensino somente em língua portuguesa e, dentre as que fazem uso de língua indígena (1.911 escolas), o ensino ou é bilíngüe (1.783) ou é ministrado somente em língua indígena (128). O uso da língua indígena está presente em 70,8% das escolas, compondo um universo de 149 línguas indígenas. O fato é da maior importância, haja vista a tendência histórica de perda da diversidade lingüística. O Gráfico 2 mostra o uso da língua indígena e portuguesa, segundo as regiões brasileiras:



**Gráfico 2 - Estabelecimentos de Educação Indígena, por Língua em que o Ensino é Ministrado, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2008**

Fonte: MEC/Inep/Deed

Relacionam-se, abaixo, as línguas indígenas mais faladas por quantidade de matrículas. Optou-se, na tabela 2, por destacar apenas as línguas em que a quantidade de matrículas está acima da média aritmética do conjunto de línguas informadas e, ao lado, o número de estabelecimentos em que foram encontradas.

**Tabela 2 – Línguas Indígenas mais Faladas por Número de Matrículas e de Estabelecimentos – Brasil – 2008**

<b>Línguas Indígenas</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Estabelecimentos</b>
Tikúna (Ticuna)	17.296	117
Kaiowá (Guarani)	13.082	53
Kaingang	10.762	81
Guajajara (Tenetehára)	8.479	169
Nheengatú (Língua Geral Amazônica)	8.366	77
Makuxí	7.776	113
Terena	5.847	24
Xavante	5.190	89
Mawé (Sateré)	3.896	75
Yebá-masã (Tukano)	3.884	74
Mundurukú	3.482	51
Kaxinawá	2.857	78
Wapixána	2.274	26
Baniwa do Içana	2.273	58
Krikati (Timbira)	1.920	22
Kulína (Madihá)	1.912	40
Xerênte	1.748	40
Karajá	1.653	14
Yanomámi	1.576	20

Fonte: MEC/Inep/Deed

Cabe ressaltar que as línguas citadas acima não indicam sociedades indígenas com maior número de falantes. Entende-se, no entanto, que a garantia de pleno exercício dos direitos culturais nas escolas contribui para a preservação lingüística dos povos. Nesse sentido, a utilização de material didático adequado aos alunos indígenas, informação coletada pelo Censo Escolar, pode significar um relevante aporte.

De modo geral, mais de um terço (38,4%) das escolas indígenas brasileiras – 1.035 em números absolutos – pode recorrer a materiais específicos para ministrar os conteúdos. Eles são encontrados em 32,3% de escolas da Região Norte, exatamente onde se concentra o maior percentual de matrículas (52%). O menor percentual nessa região é influenciado pelo Estado do Amazonas, no qual apenas 231 escolas (25,6%)

contabilizam a existência do material didático, em um universo de 904 estabelecimentos.

Quanto à infra-estrutura, um importante insumo educacional é a alimentação escolar, presente em 93% das escolas de Educação Indígena, situação favorecida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena (PNAEI/FNDE). No que concerne à infra-estrutura física, levantamos alguns recursos essenciais, nomeadamente a existência de prédio escolar, de laboratórios de informática e de ciências e de bibliotecas e salas de leitura. Os resultados são apresentados na Tabela 3:

**Tabela 3: Número de Estabelecimentos de Educação Indígena, por Recursos de Infra-Estrutura, segundo a Região Geográfica - Brasil - 2008.**

Região Geográfica	Recursos de Infra-Estrutura							
	Prédio Escolar	%	Laboratório de Informática	%	Laboratório de Ciências	%	Biblioteca e Sala de Leitura	%
<b>Brasil</b>	<b>1.917</b>	<b>71,1%</b>	<b>122</b>	<b>4,5%</b>	<b>11</b>	<b>0,4%</b>	<b>203</b>	<b>7,5%</b>
Norte	1.205	71,9%	41	2,4%	6	0,4%	79	4,7%
Nordeste	356	62,6%	22	3,9%	2	0,4%	44	7,7%
Sudeste	50	79,4%	4	6,4%	1	1,6%	14	22,2%
Sul	112	84,9%	11	8,3%	1	0,8%	30	22,7%
Centro-Oeste	194	75,5%	44	17,1%	1	0,4%	36	14,0%

Fonte: MEC/Inep/Deed

Quanto ao local de funcionamento, 71% das escolas indígenas funcionam em prédio destinado às atividades escolares, fato positivo do ponto de vista da infraestrutura oferecida. Além disso, o número de escolas que funcionam em prédio escolar explica 96,7% do número de escolas que oferecem alimentação escolar<sup>3</sup>. Alarmante, porém, é o resultado sobre a existência de bibliotecas e salas de leitura nas escolas. Selecionando unidades da federação que contam com o maior número de estabelecimentos, obtêm-se percentuais muito baixos desses espaços.

No Amazonas, as bibliotecas e salas de leitura estão presentes em apenas 2,8% das 904 escolas e, em Roraima, com 245 escolas, atingem pouco mais de 11%. A situação no Acre é ainda pior: 1,8% das escolas têm biblioteca. No Nordeste, preocupa a situação do Maranhão – são duas bibliotecas (0,7%) em um total de 302 escolas. Já em Pernambuco, elas estão em 15,7% dos 121 estabelecimentos. No Estado do Mato

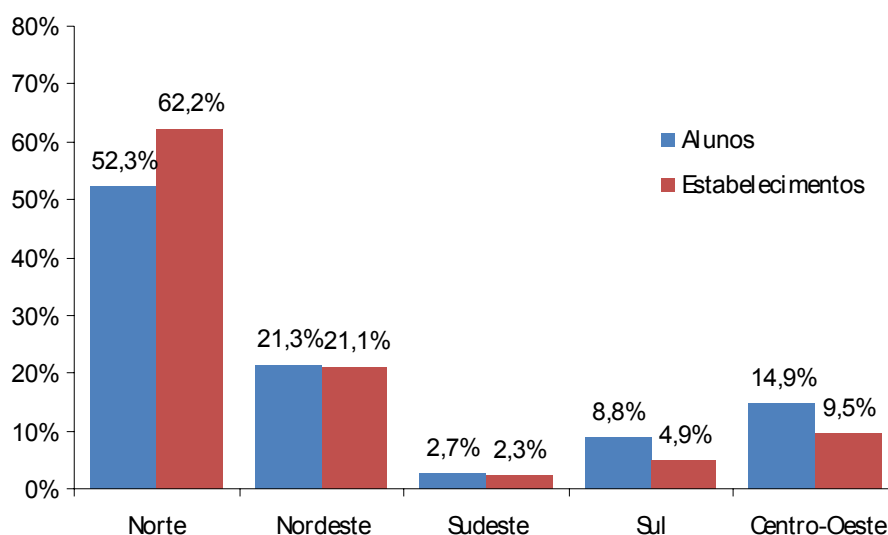
<sup>3</sup> A afirmação está baseada no cálculo estatístico de correlação, sendo que o estado do Amazonas não foi incluído na análise por ser um dado muito discrepante dos demais.

Grosso, só 11% das suas 200 escolas possui biblioteca. A presença delas aumenta ligeiramente, em termos percentuais, nas regiões Sul (22,7%) e Sudeste (22,2%).

A ínfima presença de laboratórios de ciências pode estar associada a também pequena oferta do Ensino médio, dos 2.698 estabelecimentos, apenas 135 (5%) ofertam essa etapa da Educação Básica. A carência de laboratórios afeta também os Anos Finais do ensino fundamental, onde se registra um número significativo de matrículas, um total de 39.430 em todo o país.

## 2. Alunos da Educação Indígena

Em 2008, havia 205.141 alunos em Educação Indígena. Desses, mais da metade estava na Região Norte (52,3%), destacando-se forte concentração dos educandos no estado do Amazonas (63.405). Em todo país, segue-se o Estado do Mato Grosso do Sul (16.790), Mato Grosso (13.669), Maranhão (13.113). O Gráfico 3 abaixo mostra a proporção entre os estabelecimentos e os alunos de Educação Indígena:



**Gráfico 3 – Estabelecimentos e Alunos da Educação Indígena, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2008**

Fonte: MEC/Inep/Deed

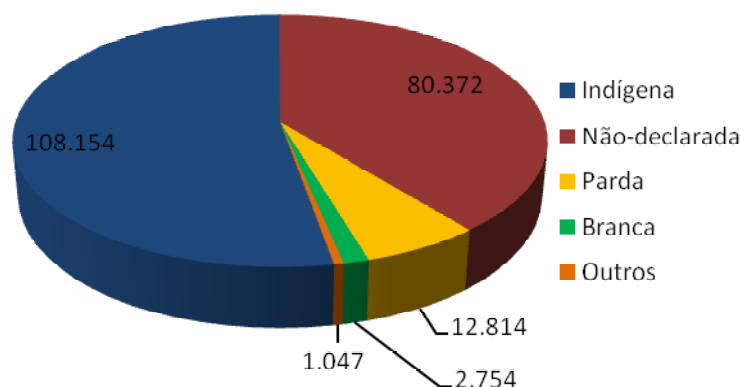
Em relação ao sexo dos alunos, não é possível afirmar que existam diferenças significativas. Os alunos de sexo masculino são 105.462, ao passo que existem 99.679 alunas, 51,4% e 48,6%, respectivamente. Esse quadro é próximo à realidade de toda

Educação Básica, onde as alunas (49,7%) também aparecem com leve diferença em relação aos alunos, 50,3%.

Em relação aos dados de raça/cor, a Educação Indígena é ofertada a alunos indígenas (52,7%), pardos (6,2%) e brancos (1,3%). O grande número de alunos indígenas é um dado interessante, uma vez que revela o processo de afirmação de identidade diferenciada que, por muitas vezes, na história brasileira, foi oprimido.

No entanto, não se pode afirmar que alunos que não se declararam como indígenas não sejam membros de sociedades indígenas. O Censo não capta informações acerca do pertencimento étnico dos discentes, apenas de cor/raça.

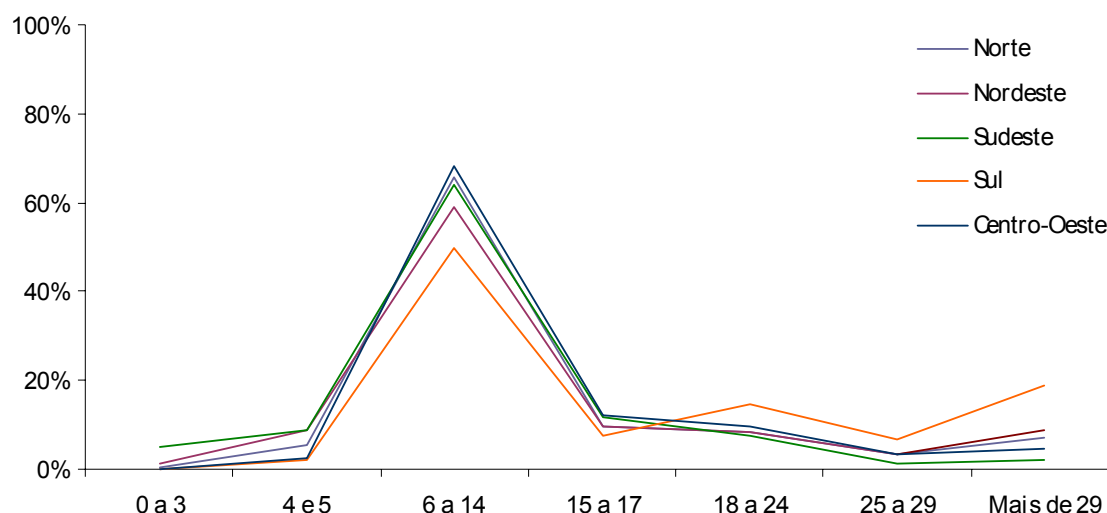
Destaca-se também o grande número de alunos não-declarados (39,1%). Todavia, essa opção, para toda a Educação Básica, significa exatamente metade das respostas, ressaltando que a autodeclaração, na Educação Indígena, é um meio confiável de retratação da realidade escolar. A seguir, o Gráfico 4 ilustra os dados:



**Gráfico 4 – Número de Alunos da Educação Indígena, segundo Raça/Cor – Brasil – 2008**

Fonte: MEC/Inep/Deed

Alunos de Educação Indígena concentram-se no intervalo de 6 a 14 anos de idade (63%), sendo menos frequentes os alunos de 0 a 3 anos (0,6%). A seguir, o Gráfico 5 mostra a distribuição de alunos segundo a faixa etária:



**Gráfico 5 – Alunos da Educação Indígena, segundo Faixa Etária – Brasil – 2008**

Fonte: MEC/Inep/Deed

A existência predominante de alunos de 6 a 14 anos vai ao encontro dos dados de matrículas do ensino fundamental, o que condiz com a realidade da Educação Básica. Nessa última, a etapa representa 75,3% das matrículas dos alunos; para a Educação Indígena, são 73,7% das matrículas.

A Educação infantil, ainda que haja discussão acerca dos modelos a serem adotados para as sociedades indígenas e, até mesmo a sua legitimidade<sup>4</sup>, é a segunda etapa mais ofertada. É um total de 20.281 matrículas, perfazendo 9,9% do total, ao passo que em toda Educação Básica esse percentual é de 12,6%.

No Ensino médio, a situação é bem diversa: matrículas dessa etapa, no Ensino Regular, não são nem 6% do total de matrículas na Educação Indígena do país. Em se tratando de toda Educação Básica, as matrículas representam 15,7%. O cenário demonstra a necessidade urgente de expansão dessa etapa no ambiente das próprias sociedades indígenas, a fim de que sejam respeitadas as suas necessidades e especificidades.

<sup>4</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Escolar Indígena: Gestão Territorial e Afirmação Cultural**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, sem data.

**Tabela 4 – Número de Matrículas na Educação Indígena, por Etapas ou Modalidades de Ensino, segundo a Região Geográfica - Brasil - 2008**

Etapas e Modalidades de Ensino		Brasil	Regiões Geográficas					
			Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
<b>Educação Básica</b>		<b>205.871</b>	107.554	43.992	5.606	18.136	30.583	
<b>Ensino Regular</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Total</b>	<b>20.281</b>	10.456	6.481	1.009	730	1.605
		<b>Creche</b>	<b>1.314</b>	461	578	249	26	-
		<b>Pré-escola</b>	<b>18.967</b>	9.995	5.903	760	704	1.605
	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Total</b>	<b>151.788</b>	82.025	29.979	4.300	9.874	25.610
		<b>Anos Iniciais</b>	<b>112.358</b>	59.030	24.113	3.129	7.336	18.750
		<b>Anos Finais</b>	<b>39.430</b>	22.995	5.866	1.171	2.538	6.860
	<b>Ensino Médio</b>	<b>Total</b>	<b>11.466</b>	6.265	2.844	222	255	1.880
		<b>Médio</b>	<b>10.282</b>	5.414	2.680	222	255	1.711
		<b>Normal/Magistério</b>	<b>980</b>	647	164	-	-	169
		<b>Integrado à Educação Profissional</b>	<b>204</b>	204	-	-	-	-
<b>Educação Especial</b>		<b>203</b>	82	-	-	121	-	
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>		<b>20.766</b>	7.359	4.688	75	7.156	1.488	
<b>Educação Profissional</b>		<b>1.367</b>	1.367	-	-	-	-	

Fonte: MEC/Inep/Deed

Merece atenção também o número inexpressivo de matrículas na Educação Profissional, fragilizando a formação de agentes sociais qualificados dentro do contexto das sociedades indígenas. Apenas 0,7% das matrículas estão em cursos da Educação Profissional. Se forem consideradas as matrículas do Ensino médio integrado à Educação Profissional, o percentual é de 0,1% do total.

Ainda que de matrículas escassas, os cursos relativos à área de saúde, na Educação Profissional, são os mais frequentes, haja vista a idéia de que sociedades indígenas poderiam ser grupos vulneráveis. Portanto, a formação de agentes sociais dentro das próprias comunidades, nessa área, ganhou certo destaque. No entanto, não se percebe o mesmo empenho para a diversificação de outros conhecimentos profissionalizantes.

Por fim, em se tratando de tipos de turma, percebe-se elevado número de matrículas em classes intituladas “multietapa”, definidas pelo Censo como “turmas com alunos de séries diferentes”. Isso significa que alunos de séries distintas cursam, no mesmo espaço, conteúdos diferentes. Mais de um quarto das matrículas está nessas condições (54.777), reforçando a necessidade de maiores investimentos na Educação

Indígena. Além disso, existe uma forte correlação<sup>5</sup> positiva (0,9) entre o número de estabelecimentos em área rural e o número de matrículas em turmas multietapa, motivação para a melhoria de condições em escolas nessas localidades.

### 3. Docentes de Educação Indígena

Na perspectiva das variáveis que podem contribuir para traçar um perfil dos 10.923 professores da Educação Indígena, analisamos aqui o sexo, a raça/cor e a faixa etária.

A distribuição dos docentes segundo o sexo é equilibrada: 52% deles são do sexo masculino e 48% do sexo feminino. No entanto, essa variável apresenta, quando comparada à distribuição do sexo em toda a Educação Básica brasileira, uma relevante particularidade. Enquanto as professoras representam 81,6%, no conjunto da Educação Básica, e são o sexo predominante em todas as etapas (educação infantil, fundamental e ensino médio)<sup>6</sup>, na Educação Indígena, o quadro se inverte. A maioria dos professores – considerando os dados agregados para o Brasil – é do sexo masculino (52%), fato que pode estar vinculado à dimensão das relações de gênero nas sociedades indígenas, onde se origina parte do corpo docente.

Os resultados de raça/cor guardam, por sua vez, maior complexidade. O Censo Escolar não identifica o pertencimento étnico do docente, apenas registra, num universo limitado de atributos (“branca”, “preta”, “parda”, “amarela” e “indígena”), a raça/cor declarada. Nesse contexto, podemos apontar a existência de 4.691 professores indígenas, 43% do total, que estão em atividade na Educação Indígena. Esse número supera largamente as demais identificações, que aparecem na seguinte ordem: parda (1.139), branca (668), preta (71) e amarela (27). É possível que a presença de professores de raça/cor indígena nas escolas indígenas seja ainda maior, já que permanece alto o resultado de raça/cor “não-declarada” (39,6%).

---

<sup>5</sup> O número de estabelecimentos do estado do Amazonas não foi incluído na análise de correlação por ser um dado muito discrepante dos demais.

<sup>6</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Estudo Exploratório sobre o professor brasileiro**: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília: Inep, 2009. Vale observar que, em 2008, a distribuição da variável sexo na Educação Básica, para o agregado Brasil, não sofreu alteração em termos estatísticos.

Quanto à faixa etária dos docentes da Educação Indígena, observa-se que 44,6% deles têm mais de 33 anos de idade. Considerando que, na Educação Básica de modo geral, os professores com idade acima de 33 anos representam 68% do total (2008), nota-se a tendência ao perfil mais juvenil dos professores das escolas indígenas, sendo que 15,4% deles têm até 24 anos, somando 1.681 professores(as), enquanto 4.369 (40%) estão na faixa entre 25 e 32 anos.

Para além dessa caracterização do perfil do professor da Educação Indígena, um tema da maior importância é o da escolaridade e sua adequação à formação escolar mínima exigida pela legislação brasileira. A Tabela 5, abaixo, dá uma visão geral de aspectos da escolaridade, segundo as etapas de ensino em que lecionam:

**Tabela 5 - Número de Professores na Educação Indígena por Escolaridade, segundo as Etapas de Ensino – Brasil – 2008 <sup>7</sup>**

Etapas	Total	Professores na Educação Indígena											
		Escolaridade											
		Fundamental		Média						Superior			
				Ensino médio		Normal/Magistério		Magistério Indígena		Com Licenciatura		Sem Licenciatura	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Educação Básica</b>	<b>10.924</b>	2.026	18,5	2.015	18,4	3.579	32,8	1.046	9,6	2.135	19,5	123	1,1
Creche	63	16	25,4	10	15,9	31	49,2	4	6,3	2	3,2	-	-
Pré-escola	1.005	188	18,7	237	23,6	438	43,6	64	6,4	76	7,6	2	0,2
Fundamental – Anos Iniciais	4.332	936	21,6	809	18,7	1.579	36,4	456	10,5	541	12,5	11	0,3
Fundamental – Anos Finais	5.371	967	18,0	986	18,4	1.679	31,3	545	10,1	1.141	21,2	53	1,0
Ensino médio	1.129	16	1,4	183	16,2	231	20,5	93	8,2	576	51,0	30	2,7

Fonte: MEC/Inep/Deed

A formação mínima admitida para o exercício da docência na creche, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental é o ensino médio na modalidade Normal ou Magistério, incluído aí o Magistério Específico Indígena. Nesse universo da Educação Básica, pode-se observar que o contingente dos professores das escolas indígenas com escolaridade inadequada às etapas em que lecionam é grande. Necessitam avançar na formação para docência 41,3% dos professores que atuam na

<sup>7</sup> O total de 10.924 professores, nesta Tabela 5, refere-se ao fato de que um professor possui duas formações superiores e, por essa razão, foi contado duas vezes.

creche, 42,5% dos que atuam na pré-escola e 40,6% dos que lecionam nas primeiras séries do ensino fundamental. Esses professores “leigos” somam – ressaltando que pode haver repetição do mesmo professor nas etapas – 26 na creche, 427 na pré-escola e 1.756 nos anos iniciais.

Chama a atenção, ainda mais, o reduzido número de professores graduados e com licenciatura, escolaridade indispensável para o exercício do magistério nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Lembre-se que, nessas etapas, os conteúdos são ministrados em disciplinas específicas, exigindo conhecimentos técnico-científicos mais avançados. Apenas 21,2% dos professores dos anos finais e 51% daqueles que lecionam no ensino médio possuem licenciatura. Ou seja, dentre 5.371 docentes das últimas séries do ensino fundamental só 1.141 têm a formação mínima, embora 545 deles tenham o ensino médio com Magistério Específico Indígena e 53 a graduação sem licenciatura. No ensino médio a defasagem é menor, já que dos 1.129 professores dessa etapa, 576 possuem licenciatura.

Conclui-se pela urgência de avanços na oferta de cursos de licenciatura, em nível superior, aos professores indígenas, focando, principalmente, naqueles que atuam no ensino fundamental e no médio. Ainda mais se considerarmos que em todo o ciclo fundamental (de 8 ou 9 anos) apenas 12,5% (anos iniciais) e 21,2% (anos finais) dos professores possuem graduação com licenciatura e que é aí onde se concentram 151.788 matrículas de alunos, dentre 205.871 matrículas de toda Educação Indígena. Contudo, o sistema educacional foi capaz de oferecer formação continuada específica para o ensino indígena a 1.700 professores (15,6%), a maior parte deles atuando no ensino fundamental.

Vale sublinhar, quando observamos o desafio que representa a formação dos professores da Educação Indígena, que 43% desses docentes se declararam indígenas e, em grande parte, pertencem, no sentido étnico, às sociedades onde lecionam. Sofreram, portanto, as dificuldades da universalização do ensino público às suas populações, exatamente o que as escolas indígenas tentam atingir, na última década, ao lado de um ensino intercultural, bilíngüe e de qualidade. Também não se pode desprezar a presença de eventuais conflitos entre os conteúdos e competências propostos na formação de cidadãos não-indígenas e os saberes e as perspectivas culturais de cada uma das etnias, uma questão antropológica que nos alerta para o fato de que educadores e alunos indígenas não podem ser avaliados somente a partir de expectativas de desempenho ou de nível de escolaridade que se reproduzem na sociedade envolvente.